



PREFEITURA DE

CAMPOS

SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA

 **Mais
Ciência**

As casas do açúcar: um estudo histórico dos assentamentos agroindustriais das usinas de Campos dos Goytacazes

Orientador(a): Simone da Conceição Silva

Bolsista: Emanuelle de Oliveira Camolesi

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

2020



SUMÁRIO

RESUMO	3
INTRODUÇÃO	4
DESENVOLVIMENTO	8
Vilas Operárias no Brasil	8
Campos dos Goytacazes/RJ	13
Usinas de Campos dos Goytacazes/RJ.....	17
Usina Santo Antonio/Usina Do Beco	20
Usina Queimado	25
Usina São José/Coagro.....	28
Usina Paraíso/Tócos.....	30
Usina Cupim/Ururaí	34
Usina Santa Cruz	36
Usina São João	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO.....	43

RESUMO

Esta pesquisa sobre os complexos agroindustriais do açúcar foi uma parceria com a Companhia de Desenvolvimento do Município de Campos (CODEMCA), que foi do período de agosto de 2019 a agosto de 2020. O intuito desse projeto é de compreender a influência dos núcleos fabris dos complexos agroindustriais nas transformações ocorridas na cidade de Campos dos Goytacazes, a autonomia do operário quanto a sua moradia no núcleo e o modo de vida da classe trabalhadora das usinas. Foi levantado uma vasta bibliografia sobre o tema com foco nas vilas operárias no contexto nacional durante os 6 primeiros meses da pesquisa e nos últimos 6 meses (devido a pandemia da COVID-19 que impediu pesquisas presenciais) foi levantado bibliografia sobre a cidade de Campos, suas usinas e vilas operárias; acompanhado de um levantamento de fontes iconográficas sobre o tema e a cidade em questão totalizando 192 fotos, 10 mapas geográficos, 1 esquema industrial, 4 plantas arquitetônicas, 2 desenhos, 4 tabelas e 1 vídeo. Com os dados obtidos, foi possível obter dados sobre vilas operárias de algumas das usinas de Campos durante o século XX, identificar quais delas ainda tem moradores e ex-funcionários e entender quais foram as transformações que as vilas influenciaram no município.

Palavras Chaves: Campos dos Goytacazes, complexos agroindustriais, vilas operárias, usinas de açúcar.

INTRODUÇÃO

Nos primeiros 6 meses de pesquisa, foi feito um levantamento bibliográfico em repositórios institucionais online de 14 universidades do Brasil, dentre estas estão universidades federais e estaduais. Foi realizada a leitura e fichamento desse material levantado e duas apresentações internas em formato de seminário no NuERs² na Universidade Federal Fluminense, no qual pudemos discutir os avanços e os resultados embrionários da bibliografia levantada.

Neste relatório apresentaremos os avanços da pesquisa em relação ao maior domínio do tema estudado, levantando a importância científica dos temas açúcar, usinas e vilas operárias, introduzindo a história do açúcar no Brasil e o processo que levou a inserção das vilas operárias nos complexos agroindustriais. No ponto seguinte, no tópico desenvolvimento, explicaremos as características gerais que as vilas operárias possuíam entre os séculos XIX e XX, apresentando o que essas estruturas dispunham em comum no Brasil. Após a compreensão destas em um contexto nacional, nos concentraremos em elucidar de maneira breve, o processo do sistema açucareiro em Campos dos Goytacazes/RJ até a instauração das usinas em Campos, destacando a importância que o açúcar teve para a região e o quanto a produção do açúcar modificou o território. Dando continuidade, explicitaremos os dados reunidos e analisados sobre as usinas de Campos, com o uso de fontes visuais que foram possíveis coletar durante a pesquisa. Por fim, esclareceremos os objetivos futuros para este estudo e o que esperamos alcançar ao dar continuidade à nossa investigação.

Buscamos identificar e compreender o lugar social das vilas operárias nos complexos agroindustriais canavieiros na região de Campos dos Goytacazes/RJ, com o objetivo principal de entender a relação entre as unidades de moradia, seus trabalhadores e o usineiro no ambiente produzido pela economia das usinas açucareiras em Campos. Entendendo a casa para além de sua estrutura física, onde a vida se desenrolaria (Carsten, 1995), buscamos identificar as questões intrínsecas à relação entre as vilas, os trabalhadores e as categorias desse universo. Em decorrência disso coube ao projeto refletir se a autonomia era entendida como um valor entre os trabalhadores e se ela era traduzida a partir da casa. Assim, partindo da premissa de que

² Núcleo de Estudos Rurais, sob coordenação da professora Dra. Simone da Conceição Silva.

a casa é um modelo cognitivo usado para estruturar, pensar e experimentar o mundo, logo com uma história própria, visamos construir uma espécie de biografia das casas operárias por meio de seu cotidiano e das relações que conformaram o ambiente das usinas do açúcar.

O açúcar enquanto tema de pesquisa é imprescindível para o entendimento das transformações socioeconômicas e paisagísticas que atravessam e estruturam a sociedade brasileira, sendo parte considerável das características socioeconômicas, e por que não das relações sociais que observamos no contexto que conhecemos hoje. É importante ressaltar que “a produção de açúcar foi a primeira e mais importante atividade econômica estabelecida no Brasil por colonos portugueses [...]”³ (CAMPAGNOL, vol 43, no 1, p.107) e exatamente por este motivo, o açúcar, usinas de açúcar e engenhos são objetos de muitas pesquisas e estudos em diversas áreas do conhecimento científico. Nas ciências humanas, encontramos, principalmente, estudos a partir da História, Sociologia, Antropologia e da Geografia, sendo que cada uma analisa o objeto de acordo com a singularidade teórico-metodológica da área em questão. Vale informar que áreas das ciências biológicas e exatas também produzem estudos sobre essa temática, o que reitera a sua importância.

Considerando o vasto campo que a habitação nas usinas de açúcar abrange, muitas vezes as pesquisas são pensadas e organizadas congregando diferentes áreas do conhecimento científico. A autora Gabriela Campagnol, em sua tese de doutora para o curso de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, deixa uma dessas interdisciplinaridades evidentes entre Arquitetura e História que é extremamente importante no estudo dessas vilas. Campagnol acredita que a História Nova (uma corrente de método científico historiográfico), “[...] valorizam a colaboração multidisciplinar, a narrativa história-problema e as abordagens de todas as atividades humanas e não apenas das minorias sociais [...]” (CAMPAGNOL, 2008, p.12).

Porém, apesar da relevância e importância dos estudos já realizados e em percurso quanto aos complexos agroindustriais, “[...] pouco se sabe sobre os núcleos construídos pelas usinas do açúcar. Estudiosos da habitação rural ligada à produção canavieira no país [...] focam no Brasil Colônia [...]” (CAMPAGNOL, 2008, p.21). Se não

³ Tradução por Emanuelle de Oliveira Camolesi.

destacando o período colonial, os estudos sobre o objeto em questão concentram-se nas habitações, estruturas, modo de vida e a perspectiva do usineiro, enfatizando seus documentos oficiais de dono de usinas.

De forma geral, em um contexto nacional, o estudo dos complexos agroindustriais do açúcar no Brasil é fundamental para entender as transformações econômicas, sociais e urbanas desencadeadas na época colonial e com reflexos na estrutura atual. Trabalhos sobre esse período são especialmente significativos, como o de Jucá de Sampaio (2003) com seu livro “Na encruzilhada do império - Hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (1650 - 1750)” que trabalha o sucesso do açúcar e como este forneceu para o nordeste brasileiro em meio a sua crise produtiva; o estudo de Luiz Alencastro (2000) com o livro “O Trato dos Viventes” que explica como todas as relações comerciais no Rio de Janeiro não eram necessariamente demarcadas pelas políticas externas da metrópole portuguesa, ou seja, o comércio era interno e alimentava a demanda interna da colônia; outro exemplo é o de João Fragoso (2001) que em “O Antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)”, que através de estudos sobre a primeira elite em território brasileiro que se auto intitulava como “nobreza da terra”, eram os donos de engenhos que detinham a administração daquela sociedade em formação.

O princípio da história do cultivo do açúcar teve Martim Affonso de Souza como protagonista, “[...] que em 1532 trouxe a primeira muda de cana ao Brasil e iniciou seu cultivo na Capitania de São Vicente [...]” (UDOP)⁴, porém é somente no século XVII que os engenhos do sudeste prosperam. Até lá, foram os engenhos do nordeste do país, como em Pernambuco e Bahia, que financiados por holandeses se multiplicaram e trouxeram riqueza e status para a metrópole da América portuguesa, através da exportação do produto de sua colônia.

Já os engenhos fluminenses foram construídos entre 1566 e 1620, segundo Fragoso (2001), e estes serviram para alimentar uma dinâmica interna brasileira, como já mencionado acima. Essa dinâmica era relacionada aos bens que os bandeirantes adquiriam com o apresamento indígena, ou seja, o produto circulava entre as capitanias hereditárias onde os bandeirantes financiavam os engenhos com a riqueza do tráfico indígena e esses engenhos foram ganhando força e permitindo que, o que viria a ser o

⁴ União Nacional da Bioenergia, acesso em 17 de dezembro de 2019, disponível em:
<https://www.udop.com.br/index.php?item=noticias&cod=993>

Rio de Janeiro se tornasse cada vez mais indispensável para a Coroa. Os engenhos crescem tanto que no século XVII, segundo Jucá de Sampaio, enquanto o sistema açucareiro baiano e do nordeste como um todo passavam por crises intensas de produção e exportação, foi o sistema fluminense quem, regularmente, o sustentou.

Porém, a história do açúcar industrial de larga escala de produção, começa com a Revolução Industrial, que foi um conjunto de mudanças ocorridas na Europa no século XVIII, do qual não apenas substituiu o trabalho artesanal e manual pelo mecanizado cujo, por consequência, acelerou a produção a um menor custo, mas “[...] também transformaram as relações de trabalho, de interação entre as pessoas, intensificaram o ritmo de vida, e influenciaram diretamente no aumento da urbanização, no crescimento populacional, na transferência de mão de obra, [...]” (TEIXEIRA, 2013, p.24) e tanto na área cultural quanto na social, promoveram novas formas de relações com a casa própria e a cidade.

As alterações no modo de produção geraram um vasto êxodo rural, que foi a migração dos trabalhadores rurais para os centros urbanos, de tal modo que não havia moradias ou até mesmo emprego para tantos trabalhadores. Segundo Teixeira (2013), na Europa “essa situação levou os reformadores sociais da época a pensarem na construção de habitações operárias, modelos esses propostos por Fourier na França [...]” (TEIXEIRA, 2013, p.25). Inspirados pelas habitações criadas na Europa durante e após a Revolução Industrial, as vilas operárias no Brasil foram implantadas, porém, é importante considerar que apesar da proposta dessas habitações fosse uma idealização social, este não foi o principal motivo pela sua instalação, afinal elas “[...] surgiram não com o objetivo de resolver o problema habitacional dessa classe social, mas para atender as necessidades do desenvolvimento do capitalismo no país. (...)” (VARON. Conceição op.cit., p. 273-274 apud MORANGUEIRA, 2006, p.39).

As necessidades do capitalismo no país eram relacionadas à mão de obra que precisava ser barata, disciplinada e saudável. As vilas operárias no Brasil, “[...] adaptaram o antigo modelo individual de casinhas (senzala) ao discurso moralizante dos teóricos sanitistas e do paternalismo social (Guerrand 2003: 375 apud STANCHI, 2008, p.73), e essa adaptação é originária da corrente do pensamento higienista que surgiu através de estudos médicos que sugeriam que “[...] haveria uma relação íntima entre certas doenças e o meio natural [...]” (ABREU, 2014, p.242). Abreu (2014) explica em seu livro “Escritos sobre espaço e história” que as doenças e a má qualidade de vida dos antigos escravos que agora, no século XIX, eram homens livres, existiam pois “[...] havia [...] ‘causas sociais’ da insalubridade, que se evidenciaram na superlotação, na

insuficiência de ventilação e na pouca isolamento das habitações; na sujeita dos logradouros públicos; e mesmo, segundo alguns médicos, no excesso de trabalho e na má alimentação [...]” (ABREU, 2014, p.243).

Com isso, quando os engenhos e usinas passaram a ofertar habitações para seus funcionários indispensáveis, as suas vilas operárias eram vistas como um fator positivo pela população fora da usina, pois elas conferiam um lugar de “[...] ‘limpeza’ e da regeneração da ‘nova’ classe trabalhadora, diferenciando-se dos trabalhadores urbanos, que eram considerados sujos, mal cuidados e desprovidos do mínimo de assistência.” (FARIAS, 2012, p.45).

DESENVOLVIMENTO

Muitos autores dizem o mesmo que Campagnol (2008), “[...] pouco se sabe sobre os núcleos construídos pelas usinas de açúcar [...]” (CAMPAGNOL, 2008, p.21), porém essas estruturas fizeram parte da história de diversas localidades regionais do Brasil, e de forma geral, é possível identificar diversas características dessas edificações que as identificam como parte desses complexos agroindustriais e que elas possuíam em comum, independentemente de onde e como foram implementadas.

Vilas Operárias no Brasil

Os complexos agroindustriais tiveram seu auge no século XX, entre 1920 e 1950 e são os conjuntos de estruturas em posse de uma empresa ou um grupo de empresas, construídas e administradas por elas, que tiveram muitos nomes como núcleo fabril, vila operária, colônia, engenho, fazenda, arruado ou vila. Eva Blay, em 1979 indicou que esses núcleos são “[...] “aglomerados de casas em zona rural, [...] assim como meros conjuntos de casas contíguas (sic) e de desenho igual ou semelhante [...]” (BLAY, 1979, p.144 apud CAMPAGNOL, 2008, p.17). Estas,

em busca de autonomia, mimetizaram pequenas cidades, incluindo, em sua unidade, um conjunto de serviços e uma infra-estrutura (sic) social – como escola, igreja, comércio, cinema, ambulatório e equipamentos de lazer e esporte – que lhes proporcionaram um caráter autônomo. (CAMPAGNOL, 2008, p.13).

Por esse motivo, Farias (2012) expõe que as usinas que possuíam vilas operárias detinham de poder socioeconômico, cultural e político do qual em sua maioria é construída em localidades geograficamente isoladas e de difícil acesso. As vilas operárias acabaram por constituir praticamente uma nova cidade, com a autonomia de suas regras nas mãos dos usineiros e funcionários superiores, de forma que a política externa governamental pouco se infiltrava ou influenciava nas decisões tomadas dentro dos complexos.

Muito além das questões de higiene, Maicon Sérgio Mota Carvalho em sua monografia “Bayer e Belford Roxo uma experiência industrial na Baixada Fluminense (1958-2008)”, apresenta vários objetivos pelos quais os donos dessas usinas de açúcar ofereceram essas moradias. Segundo ele,

A utilização de vilas no universo fabril pode ter diversos objetivos como: uma forma de manter sob seu controle funcionários específicos, uma forma de barganha perante aos trabalhadores, uma forma de diminuir gastos com transportes de funcionários e atrasos ou uma concessão em forma de “benefícios sociais” (CARVALHO, 2011, p.40).

Gabriela Campagnol listou os seguintes motivos, a “[...] necessidade de mão-de-obra e fixação do trabalhador na indústria; busca de controle disciplinar; investimento rentável; mecanismo de pressão salarial e estratégia para manter o trabalhador junto à fábrica, disponível em tempo integral.” (CAMPAGNOL, 2008, p.14). Ivo dos Santos Farias considera que os núcleos se tratam de “[...] um espaço criado e planejado para manter uma política de controle sobre a força de trabalho” (FARIAS, 2012, p.41). Enfim, o principal objetivo da oferta da casa ao trabalhador era a garantia de mão de obra próxima, barata e disciplinada, de forma que havia muitas maneiras pelas quais essa disciplina era assegurada.

Entretanto, como aponta Farias, “[...] a classe dominante apresenta (ou tenta apresentar) toda esta estrutura de controle e dominação sobre a vida dos operários como um tipo de ‘bondade’ ou ‘caridade’ dos industriais [...]” (FARIAS, 2012, p.76). A oferta de habitação fazia com que os donos de usinas ganhassem prestígio e status de provedores dessas pessoas que não teriam a mínima condição de sequer trabalhar nas usinas sem as moradias, logo, os usineiros conseguiam uma boa reputação com seus funcionários e com a sociedade ao seu redor pois além do trabalho, também prover um abrigo.

Segundo Campagnol e sua pesquisa em diversas usinas do Brasil, as casas eram, geralmente, oferecidas sem cobrança ao trabalhador e o aluguel da residência era feito através de um contrato, “[...] no entanto, o mesmo é vinculado ao contrato de trabalho, o que possibilita a requisição do imóvel, caso o empregado seja demitido ou deixe de trabalhar na empresa [...]” (CAMPAGNOL, 2008, p.328), e é importante salientar que havia um setor de assistentes sociais que cuidavam dos trâmites para a entrada do funcionário e de seus familiares nas moradias. Farias (2012), explica que o valor que não é cobrado ao trabalhador, é indiretamente retirado do salário deste fazendo com que o morador “[...] esteja muitas vezes indisposto ou resguardado para articular qualquer tipo de contestação ou resistência contra as condições oferecidas pela administração da empresa” (FARIAS, 2012, p.43).

Isso acontece pois, segundo Blay, “[...] quando a casa é ofertada ao trabalhador, ela passa a interferir nas relações de produção. Ela tem, ao lado do valor de uso, um valor de troca” (BLAY, 1985, p. 11 apud FARIAS, 2012, p.42), dando uma significação diferente à casa nesse ambiente. A moradia aqui não é somente o local onde a força de trabalho descansa e desconecta-se de seu labor, pois com a casa sendo “emprestada” a este trabalhador, este se vê conectado com seu emprego a todo momento e isso tornou a relação entre moradia e trabalho muito mais interligada do que acontece hoje. Essa ligação entre os dois fez da autonomia da casa uma ambivalência da relação entre o trabalhador que tem uma suposta posse da propriedade e o usineiro.

Houve diversas formas de controle que a administração impunha à moradia e ao morador das vilas, como quando “as modificações nas casas das usinas [...] são, de forma geral, restringidas pelas empresas [...]” (CAMPAGNOL, 2008, p. 331), e mesmo que a empresa disponibilize o material para eventuais alterações, o fato de que o morador não possuía a autonomia de reformar tanto a estrutura da casa (pois estas eram geralmente padronizadas) quanto as cores desta (que geralmente continham as cores do logo da empresa), é um exemplo que demonstra quão restrito era essa autonomia do trabalhador e nos faz questionar se esta realmente existia.

As elaborações dos núcleos de moradias eram muito próximas às usinas “[...] pela necessária localização da fábrica próxima aos canaviais e às fontes de energia (matas e rios), de forma que se implantaram em áreas rurais, com grande disponibilidade territorial e tipo de solo apropriado [...]” (CAMPAGNOL, 2008, p.322) da qual em sua maioria ficavam distantes dos núcleos urbanos já economicamente desenvolvidos.

As vilas, em muitos casos, eram protegidas como condomínios fechados e “[...]”

mesmo sem um fechamento físico, são constantemente vigiados por funcionários da empresa [...]” (CAMPAGNOL, 2008, p.329) onde “[...] o fato de vários seguranças da empresa morar (sic) nos núcleos residenciais também favorece o controle dos mesmos [...]” (CAMPAGNOL, 2008, p.331). Em alguns casos, havia apitos espalhados pelas usinas que “[...] condicionavam os horários de acordar, de preparar a comida, de sair de casa para o trabalho e de sair do trabalho para a casa [...]” (FARIAS, 2012, p.76). O conhecimento de que as usinas eram isoladas e que as políticas públicas das cidades, como já mencionado, não atingiam aquele ambiente é um exemplo da autoridade das empresas sobre todas as áreas da vida de seu funcionário, não somente ao que diz respeito ao seu ofício.

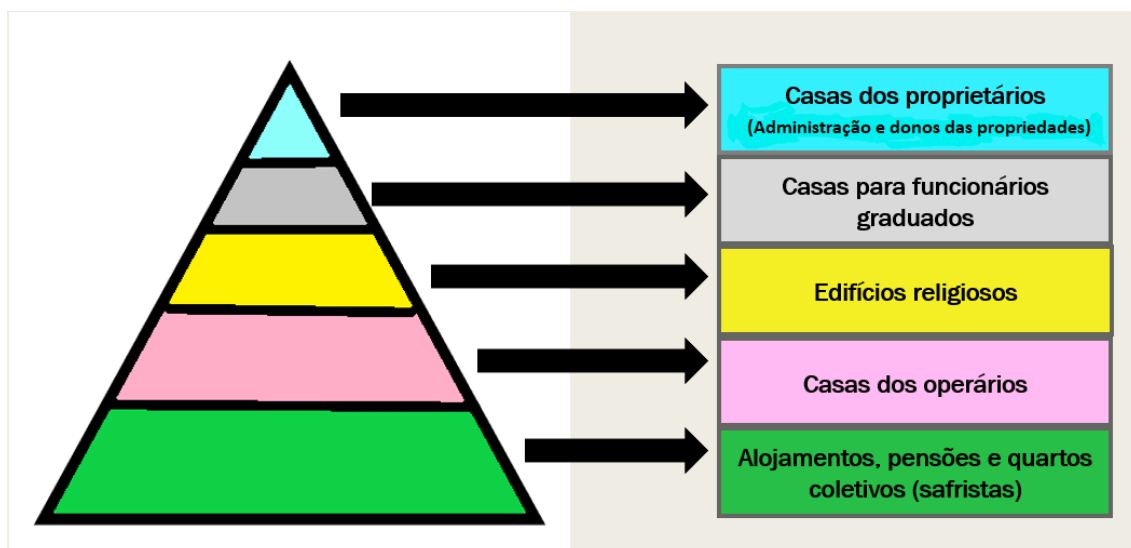
Além disso, tudo que é posto à disposição dos trabalhadores como as escolas, igrejas, comércio, cinema, ambulatórios, campos de futebol, entre outros, fazia também parte do conjunto da soberania dos usineiros. Os operários só viam filmes aprovados por seus superiores, faziam parte da religião do usineiro e só comiam e bebiam o que foi escolhido previamente e disponibilizado no comércio dentro da usina (dado que o isolamento impedia que comprassem em outro lugar), onde “[...] tanto o industrial consegue obter de volta o salário pago ao trabalhador, como criar para com ele um vínculo de endividamento prévio [...]” (FARIAS, 2012, p.48), de forma que o operário mantinha-se prisioneiro desses empréstimos intermináveis.

Independente da moradia oferecida, as condições de vida desses operários não eram ideais. Farias (2012) diz que há casos em que as vilas não possuíam saneamento básico ou abastecimento de água, o endividamento destes operários muitas vezes os impedia de continuar consumindo os alimentos do comércio da usina, que os fazia passar por uma condição de extrema pobreza onde buscavam outros meios de subsistência. Como mencionado antes, essas são características comuns das usinas nacionais, e essas condições precárias em termos de estrutura se repetiam em vilas operárias da região nordeste do Brasil. Em contraste com essa situação, as empresas realizavam e financiavam muitas festas (religiosas ou não) e esses momentos de lazer e diversão coletiva pareciam amenizar aquela conjuntura (FARIAS, 2012, p.86-87). Como diz Farias, “[...] as festas, juntamente com o fornecimento de casas [...] estão incutidas na memória dos trabalhadores como compensação da exploração e da miséria [...]” (FARIAS, 2012, p.87).

De acordo com Moranguera (2006), “as moradias das vilas operárias não contemplavam a todos os trabalhadores e, então, era feita uma seleção para a escolha, estabelecendo-se alguns critérios tais como o comportamento dos operários dentro e

fora da fábrica, os profissionais considerados essenciais à indústria, etc [...]” (MORANGUEIRA, 2006, p.46) e é importante informar que eram os “[...] setores da “assistência social” que administram a concessão das casas da empresa [...]” (CAMPAGNOL, 2008, p.327). Os diversos funcionários selecionados eram redistribuídos entre diversas edificações erguidas pelos usineiros e as várias categorias de estruturas acabaram por hierarquizar os habitantes daquele espaço na seguinte pirâmide social:

(Desenho da autora/2019)



As casas dos proprietários ou da administração das usinas eram

As maiores residências do núcleo e raras vezes encontram-se junto às demais habitações operárias. Cercadas por pomares, piscinas, quiosques para churrasco, fontes e jardins bem cuidados, elas carregam características de casa de campo, como as generosas varandas, telhados com beirais e grandes aberturas (CAMPAGNOL, 2008, p.337).

As casas para funcionários graduados eram exclusivas para funcionários indispensáveis como engenheiros, gerentes e diretores que tinham estrutura diferenciada das demais, assim como as casas dos proprietários, porém mais simplórias. Eram construções mais novas em comparação às casas dos operários e alojamentos, possuíam materiais e técnicas de construção refinadas. Eram estruturas maiores e em

algumas usinas se encontravam isoladas das demais. (CAMPAGNOL, 2008, p.347-349).

Os edifícios religiosos possuíam “[...] projetos exclusivos, inovações construtivas e detalhamentos especialmente desenhados [...]” (CAMPAGNOL, 2008, P.343). Estes eram construídos em lugares privilegiados onde havia vasta visibilidade, suas cores eram vibrantes e seus materiais da mais alta qualidade.

As casas dos operários além do que já foi mencionado (como sua padronização, seu isolamento e acesso restrito), eram em sua maioria geminada (uma casa era grudada à outra da qual compartilhavam do mesmo teto), variavam na presença de quintas individuais e coletivos e seus tamanhos também variavam (de acordo com a quantidade de indivíduos na família abrigada). Eram delimitadas por muros baixos e cercas (geralmente construídos pelos moradores com o aval da usina) e suas ruas eram de terra que levantavam muita poeira pela constante circulação de caminhões da qual essa foi a maior reclamação quanto a moradia, além do isolamento quanto à cidade, registrado por Gabriela Campagnol (CAMPAGNOL, 2008, p.331-335;352).

Os alojamentos, pensões e quartos coletivos “[...] foram construídos, sobretudo entre 1980 e 1999, para o abrigo dos trabalhadores temporários que eram trazidos de outras regiões do país [...]” (CAMPAGNOL, 2008, p.354) que em épocas de safra (período de colheita das plantações de cana) migravam a trabalho, muitas vezes com contratos temporários de poucos meses. Essas eram estruturas mais econômicas e geralmente acomodavam dezenas de homens.

Campos dos Goytacazes/RJ

O açúcar para o Brasil foi, a princípio, uma estratégia de colonização e povoamento. A própria Coroa Portuguesa escolheu a região do Norte Fluminense para implantar algumas das primeiras mudas de cana. O Norte Fluminense naquela época era “[...] a capitania de São Tomé, doada em 1536 ao tenente Pero Góis da Silveira, cujos limites situavam-se entre as atuais cidades de Cachoeiro de Itapemirim no Estado do Espírito Santo, e Macaé, município pertencente ao Rio de Janeiro. [...]” (CARVALHO e SILVA, 2004 *apud* MESQUITA, 2007, p.7). Pero Góis da Silveira ao ter recebido a capitania para administrar, ficou encarregado da responsabilidade de povoar e instalar o sistema canavieiro, então, “[...] no final de 1538, Pero de Góis fundou no local um pequeno povoamento denominada Vila da Rainha, onde introduziu as primeiras mudas de cana-de-açúcar, construiu engenhos movidos à água e importou escravos africanos para o

trabalho na lavoura.” (CARVALHO e SILVA, 2004 *apud* MESQUITA, 2012, p.62).

Porém, a capitania de São Tomé, também conhecida como capitania do Paraíba do Sul, era um local dominado pelos Goytacás, um povo indígena com características guerreiras. Foi por conta desses nativos que a cana de açúcar não prosperou em sua primeira tentativa na região, somente se consolidando no século seguinte. Graziela Escocard, historiadora e então diretora do Museu de Campos, em uma entrevista para o G1 em 2013, contou que:

Logo no primeiro contato, os colonizadores ficaram com medo porque o Goytacá era muito grande e bravo e não aceitava ser domesticado. Tanto que após esse primeiro encontro, os colonizadores foram embora e voltaram na segunda vez já para exterminar os índios. O que aconteceu em Campos foi uma chacina e uma das maneiras do homem branco contaminar o índio foi com roupas infectadas. Os poucos que sobraram fugiram ou foram domesticados.⁵

Segundo registros em documentos no cartório do 1º Ofício de Campos registrado pelo autor Paranhos (2000), o primeiro engenho a ter êxito após a extinção dos indígenas da região, foi o engenho de São Salvador em 1650, que acabou por fundar a Vila de São Salvador em 1667 (PARANHOS, 2000, p.3). Desde então, a atividade canavieira continuamente ultrapassou a pecuária, que foi a atividade que povoou a área nos 100 primeiros anos do Norte Fluminense e que satisfazia a demanda do Rio de Janeiro por alimento.

Contudo, se foi a atividade pecuária que deu origem ao povoamento de Campos dos Goytacazes, foi somente a atividade canavieira que fez de Campos e todo o Norte Fluminense um centro econômico vital para a Coroa Portuguesa e para a república que se seguiu.

A extensão de terras no Norte Fluminense, principalmente no que viria a ser Campos, tinha “[...] características favoráveis ao desenvolvimento da cultura canavieira (vasta planície, solo fértil, fartura de lenha, recurso hídrico, etc.) [...]” (MESQUITA, 2012, p.63). Com toda a configuração espacial favorável, no século XVII ergueram-se Engenhos Reais, engenhocas e engenhos com diversas trações (animal, humana – escravizada ou movida à água), onde a Coroa apoiava e até auxiliava financeiramente essas edificações

⁵ Entrevista divulgada pelo G1 Online, acesso em 06/07/2020, disponível em: <http://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2013/04/indio-goytaca-era-alto-e-bravo-dizem-historiadoras-de-campos-rj.html>

que permaneceram na região até meados do século XIX, onde são substituídos pelas usinas em um avanço tecnológico.

Antes das usinas, a forma de fazer açúcar era de uma “[...] estrutura bem rudimentar, e a fabricação do açúcar era bastante artesanal. [...]” (PINTO, 1995: 50-55 apud SMIDERLE, 2009, p.32). Segundo Lamego,

Campos possuía em 1827 um quantitativo de 700 engenhocas contra um engenho a vapor e nenhuma usina. Transcorridos 54 anos, Campos contava com 120 engenhocas, 252 engenhos a vapor e cinco usinas. Dessa forma, o que se deu na região foi a desistência dos pequenos produtores que não podiam obter preço, qualidade e competitividade em função do aumento do número dos engenhos a vapor. (LAMEGO 1945 apud PINTO, 1995, p.95 apud SMIDERLE, 2009, p.33)

Foi extraordinária a mudança que o açúcar provocou em Campos dos Goytacazes e seus arredores. A grandiosidade econômica dos engenhos demandou infraestruturas que permitissem uma maior circulação do produto até o Rio de Janeiro, e segundo Santos e Silveira (2001), a paisagem passou a ser modificada com as estradas que se abriram e o projeto do canal que conectava Macaé e Campos para o transporte do açúcar. É interessante saber que “[...] Campos viu desaparecer suas matas em função da queima das árvores para abastecer as fornalhas dos engenhos [...]” e que “[...] por mais de 70 anos, desde o final do século XIX até meados dos anos 60, as usinas de açúcar foram responsáveis pelo desmatamento num raio de 80 km.” (PINTO, 1995:126 apud SMIDERLE, 2009, p.36).

Do mesmo modo como essa economia influenciou a geografia local, ela influenciou na sociedade campista que ali se construía, passando a influenciar tanto a área econômica, quanto a social, a político e a cultural. Os senhores de engenho tinham reputação, prestígio, importância e poder, tanto que “[...] vão surgindo na região uma nobreza composta por barões, viscondes, baronesas e viscondessas — títulos conquistados por serviços prestados ao Império ou por gentileza imperial. [...]” (PINTO, 1995:98 apud SMIDERLE, 2009, p.34). O mesmo autor cita que Campos chegou a ter uma média de 43 títulos de nobreza. Isso demonstra como essas figuras tinham o domínio simbólico sob a sociedade local e que eram admirados tanto por suas riquezas quanto por seus feitos honráveis de interesse público; Smiderle (2009) exemplifica: o prédio da Santa Casa de Misericórdia foi construído pela família dona de engenho Pereira Pinto e o antigo teatro Trianon foi construído pelo usineiro Francisco de Paula Carneiro.

O comércio canavieiro proporcionou tamanha riqueza para Campos dos

Goytacazes que em 1935 “[...] Campos se apresentava como o maior produtor de açúcar do país e da América Latina, sendo responsável por 90% da produção estadual e 14,3% da produção nacional [...]” (SMIDERLE, 2009, p.40). Pinto (1995) ilustra um pouco mais da importância que o produto teve na região.

[...] nos tempos do Império, Campos foi a primeira e por muito tempo a única cidade que reuniu as condições de impulso em direção ao progresso, pois reunia atividades de agricultura, indústria e comércio. Campos produzia artigos típicos de exportação, tais como açúcar, aguardente, madeiras de lei, café e criação de gado. Nas palavras do autor, a agroindústria e a comercialização das safras se conjugaram num consórcio bem sucedido. Campos era um município criador de rendas, com vida própria e independente de outros poderes e mesmo de ajuda externa. Acumulando riquezas, pode alterar seu parque industrial de forma independente, desenvolveu a navegação fluvial, utilizando embarcações movidas a vapor, e foi a primeira cidade da América Latina a possuir luz elétrica pública. (PINTO, 1995:101 *apud* SMIDERLE, 2009, p.42)

Um embelezamento urbano elevou o status da cidade que se expandiu, de forma que os costumes e as artes se modificaram e “[...] o município apresentou um acentuado processo de urbanização, entre os anos de 1976 e 1996, com um deslocamento intenso da população rural para o perímetro urbano, onde o crescimento passou de 55,1% em 1970 para 85,6% em 1996 [...]” (MESQUITA, 2012, p.60). Essa cultura e costumes permanecem impregnadas na região, de forma mais branda e quase se extinguindo, porém ainda presente simbolicamente e seu impacto mantém-se até os dias atuais.

Porém, é significativo saber que Campos no século XIX, chegou a ter “[...] 36% de sua população formada por escravos, constituindo-se no terceiro maior consumidor de mão-de-obra negra do Brasil, como registra o Projeto Memorial do Norte Fluminense – Solar da Baronesa (2002).” (SMIDERLE, 2009, p.36). Quando foi declarada a abolição da escravatura, muito lentamente esses prisioneiros deixaram de subsistir em função de seus senhores e passaram a ser livres, porém a falta de moradias, emprego e assistência, fez emergir as questões sociais que levaram as construções de vilas operárias e complexos que atendessem alguns desses trabalhadores.

Segundo Campagnol (2008), o declínio da produção açucareira em Campos se deu a partir dos anos 1950, quando São Paulo ultrapassa o Norte Fluminense e começa a se tornar o maior produtor nacional e logo, um dos maiores do mundo. A autora expõe que as usinas de Campos passam a ser adquiridas por usineiros do nordeste (muitos de Pernambuco) e os usineiros remanescente que tentaram de todas as formas sobreviver

à crise local. Os anos 60 e 70 foram marcados por uma forte mobilização e organização dos trabalhadores rurais nas regiões de plantation do Nordeste brasileiro. A Liga Camponesa, movimento de trabalhadores rurais que antecedeu o MST, nasceu na Zona da Mata de Pernambuco, na cidade Vitória de Santo Antão. Os usineiros, tentando expandir os seus lucros para regiões que não contavam com toda essa mobilização, migraram para Campos.

Em 1971, os usineiros da região aproveitaram as ofertas de crédito facilitado pelo governo e compraram outras usinas, fecharam pequenas fábricas, adquiriram cotas de produção, triplicaram a capacidade produtiva, e ampliaram núcleos fabris. Neste ano, o estado possuía 30 usinas de açúcar e uma grande destilaria de álcool, Jacques Richer do IAA, em Martins Lage. Em 1975, entretanto, 15 usinas já estavam fechadas e por mais de dez anos ficaram sem produzir. No final da década de 1980, a destilaria do IAA foi fechada e uma usina foi à falência. Em 1987, a região açucareira do Rio de Janeiro abrigava 17 usinas de açúcar, das quais dez estavam no município de Campos. Treze grupos familiares dominavam a produção sucroalcooleira. (PINTO, 1987 *apud* CAMPAGNOL, 2008, p.185)

Usinas de Campos dos Goytacazes/RJ

É importante saber que a divisão do território de Campos dos Goytacazes foi se modificando com o passar dos anos desde o século XVII e que as suas usinas ficavam espalhadas por toda sua extensão. Esses distritos possuem núcleos urbanos, todavia fazem parte do município de Campos dos Goytacazes. É importante ressaltar que essa divisão sofreu muitas alterações desde 1674 e devido a isso, algumas das usinas aqui citadas ficavam em distritos que pertenciam a Campos no século XX (como os distritos Goytacaz e Ururaí aqui citados) e que hoje já não pertencem mais ao município ou seus nomes foram modificados, contudo ainda são englobadas por este estudo devido ao corte histórico escolhido. Para conhecimento, segundo o IBGE, “em divisão territorial datada de 1991, o município é constituído de 14 distritos: Campos de Goitacazes, Dolores de Macabu, Ibityoca, Morangaba, Morro do Côco, Mussurepe, Santa Maria, Santo Amaro de Campos, Santo Eduardo, São Sebastião de Campos, Serrinha, Tocos, Travessão e Vila Nova de Campos”⁶. Essa divisão permanece até 2007, sendo esse o limite temporal da fonte.

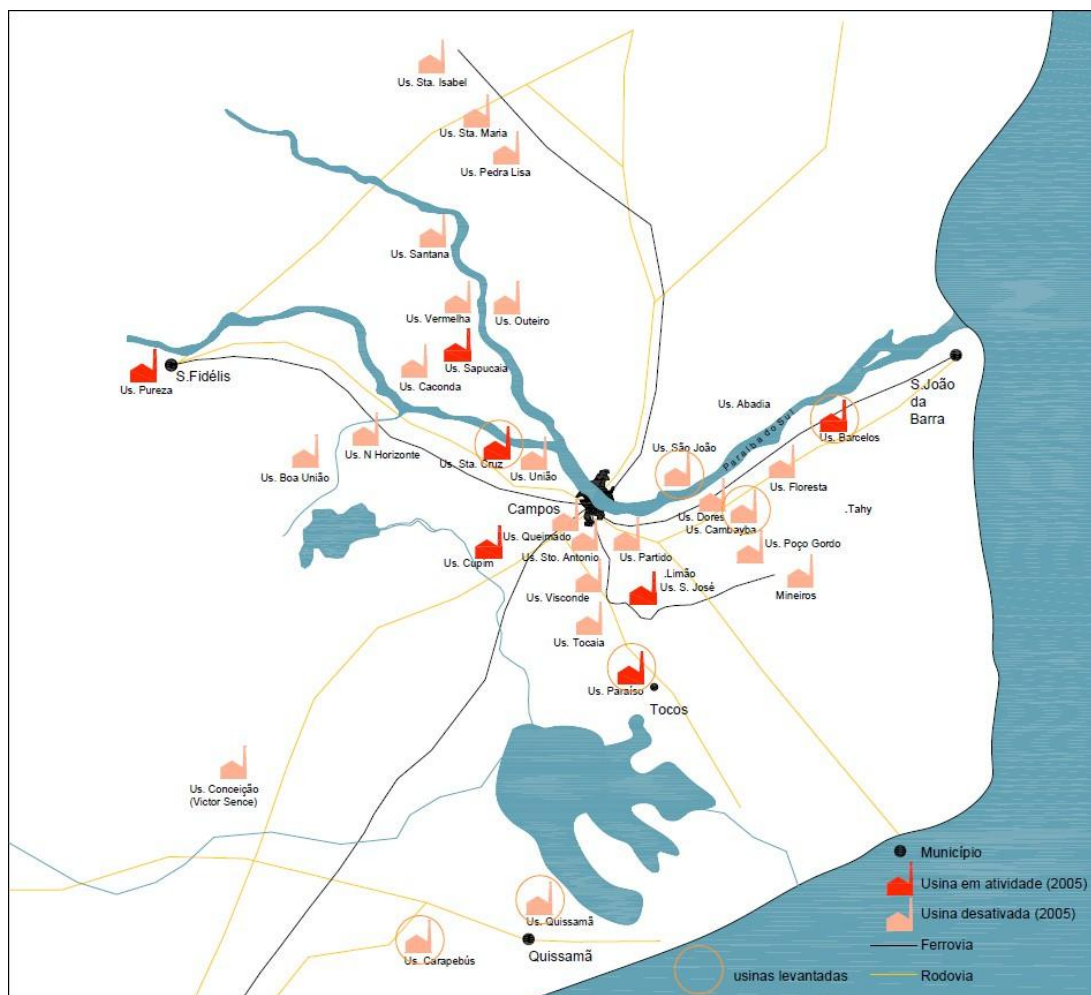
⁶ Acesso em 21/08/2020, disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/historico>

Entre o fim do século XIX e início do século XX, havia 27 usinas em funcionamento em Campo: Mineiros, Poço Gordo, Santo Antonio (também conhecida como Usina do Beco), Jacques Richer, Novo Horizonte, Santa Maria, Queimado, Santo Amaro, Cambaiba, São João, Cupim (também conhecida como Ururai), Santa Cruz, Sapucaia, Paraíso e Cana Brava segundo a Audiência Pública de Dezembro de 2014 de Eduardo Crespo, então presidente da ASFLUCAN (Associação Fluminense de Plantadores de Cana); Santa Rosa, Sant'Anna, Taipabas, Cargueja, Conceição e Figueira, de acordo com “Os Caminhos Do Açúcar: Projeto Inventário de Bens Culturais Imóveis”; Outeiro e Barcelos conforme a autora Campagnol (2008); Usina Victor Sence segundo o autor Mesquita (2012); Abadia e Usina do Limão conforme a autora Smiderle (2009).

Elas ficavam relativamente próximas dos núcleos urbanos devido a expansão territorial ainda estar em processo de desenvolvimento, e como já mencionado, as próprias usinas facilitaram esse crescimento. Smiderle (2009), menciona que essa proximidade entre elas, foi um dos motivos pelo qual algumas acabaram por falir ou serem revendidas devido às crises que mais tarde no século XX assolaram a área de Campos.

[...] muitas usinas não conseguiram resistir às crises, e um dos fatores que contribuíram para isto foi o fato de as usinas terem sido instaladas muito próximas umas das outras — só na zona urbana e localidades próximas, limítrofes a esta, encontravam-se dez usinas, sendo elas: Abadia, Barcelos, Cambaíba, Cupim, Limão, Queimado, São João, São José, Santo Antonio, Santa Cruz. Outro fator foi a concorrência, principalmente aquela efetuada pelas usinas maiores e melhor administradas. Não só os engenhos centrais sucumbiram a essa nova realidade, como também usinas menores. (PINTO, 1995: 140 *apud* SMIDERLE, 2009, p.36)

O mapa desenvolvido pelo autor Pinto (1987), com levantamento de dados do ano de 2005, percebe-se a distribuição de territorialidade dessas estruturas. Porém, é importante ressaltar que esse levantamento é do século XXI, onde algumas dessas 27 usinas que surgiram no século anterior, foram desmontadas, vendidas, trocadas de dono, seus nomes alterados ou até divididas em outras unidades.



Fonte: Usinas de açúcar na região norte do Rio de Janeiro, UDOP, Pinto, 1987, levantamento do autor, mapa IBGE, GoogleEarth *apud* GAMPAGNOL, 2008.

Por conseguinte, as informações a seguir nasceram da premissa de que devemos conhecer a trajetória das unidades produtivas para compreender como os seus núcleos fabris surgiram e a razão que conduziu a sua construção para entender a relação entre vila e usina e a relação entre os trabalhadores e usineiros. Além disso, é importante entender a história dessas edificações pois como já foi mencionado, elas foram extremamente fundamentais tanto em contexto municipal, estadual e federal e essas usinas são símbolos das transformações que decorreram do açúcar.

Entretanto, não foi possível recuperar a história de todas as 27 usinas ativas no fim do século XIX e início do século XX por conta, por um lado, da falta de fontes e estudos sobre as usinas do açúcar de Campos e sobre suas vilas operárias; e por outro,

pelas restrições de isolamento impostas pela pandemia da COVID-19.

Usina Santo Antonio/Usina Do Beco

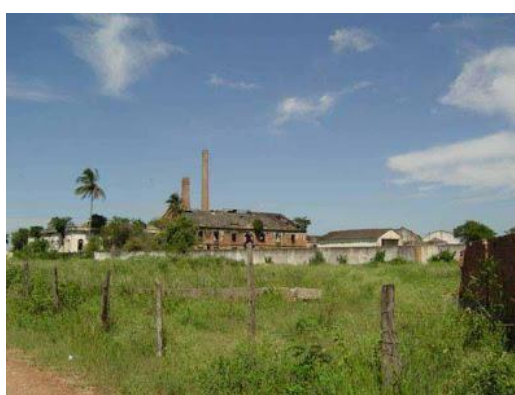
Segundo Mesquita (2012) e suas pesquisas, a Usina Santo Antonio (conhecida também como Usina do Beco por ocupar uma área muito próxima ao antigo bairro conhecido como Beco) primeiramente foi construída como Engenho Central em 1880/1881, de propriedade de Joaquim Pinto Neto dos Reis, de título nobre Barão de Carapebus, que habitava o Solar do Beco também conhecido como Solar do Barão de Carapebus que é um imóvel tombado pelo IPHAN (MESQUITA, 2012, p.74).



Fonte: Engenho de Santo Antonio (Campos dos Goytacazes, RJ) Jacottet, Louis-Julien (gravador), 1806-1880 – Acervo Online da Biblioteca Nacional.

Analisando e comparando a pintura com outras imagens adquiridas, compreende-se que a edificação administrativa do engenho transformado mais tarde

em usina (na pintura, a casa em destaque) ficava muito próxima da produção do açúcar (na pintura, vê-se no canto direito as suas chaminés). Segundo Mesquita (2012), a transformação de engenho para usina ocorreu pouco tempo após sua construção, “em 17 de agosto de 1884, utilizando-se de recursos oriundos do governo e adotando o modelo produtivo e maquinários providos da França, a unidade torna-se usina e passa a pertencer ao Comendador Antonio Manoel da Costa. [...]” (MESQUITA, 2012, p.74).



Fonte: À esquerda, prédio administrativo da Usina Santo Antonio/Beco – INEPAC Dez.2004.⁷ À direita, chaminés e a unidade produtora de açúcar da Usina Santo Antonio/Beco – INEPAC Dez. 2004.⁸

A Usina Santo Antonio/Beco foi vendida diversas vezes durante seu tempo de funcionamento, cujo período data de 1884 a meados de 1980. Como descreve o autor Mesquita (2012), em 1906 a usina foi comprada pela firma Brandão & C., ficando sobre a direção do Coronel Germano Ribeiro de Castro. Em 1935 a Companhia Industrial Agrícola Usina Santo Antônio passou a ser comandada por um grupo de sócios liderados por Tarcísio D’Almeida Miranda que após sua morte, é substituído pelo filho Osvaldo Miranda (IAA, 1942 apud MESQUITA, 2012). Em 1978, Santo Antonio/Beco se funde com a Usina Cambaíba até ter suas produções encerradas.

Ainda não foi possível identificar o nome da vila operária que a usina ofereceu aos seus operários, porém sabe-se que “[...] em 1918 [...] trabalhavam na usina 80 funcionários e a mesma contava com um moderno maquinário, com luz elétrica própria e rede de comunicação (telégrafo e telefone) com as demais propriedades da firma. [...]”

⁷ Disponível em <http://camposfotos.blogspot.com/2011/07/as-usinas-de-campos-dos-goytacazes-rj.html>

⁸ Disponível em <http://camposfotos.blogspot.com/2011/07/as-usinas-de-campos-dos-goytacazes-rj.html>

(MESQUITA, 2012, p.74). O que se sabe dessas moradias é que estão desaparecendo com o tempo e muitas já foram derrubadas e atualmente as terras da usina estão sendo utilizada para construções de novos empreendimentos, como dois galpões construídos na entrada lateral da usina e um conjunto habitacional (MESQUITA, 2012).

Em 2012, quando Mesquita fazia seus estudos sobre algumas das usinas de Campos, sobreviviam ainda 5 casas da antiga vila de moradores (em avançado estado de degradação, segundo o autor), da qual na época uma família ex-funcionária da usina ainda residia. Mesquita registrou que “[...] segundo o senhor que ainda ocupa a casa, os antigos residentes ou foram obrigados a se mudar ou morreram, só restando ele e sua família, e tal fato só é possível devido aos serviços que ainda presta aos donos da terra, como vigia.” (MESQUITA, 2012, p.79).



Fonte: Antiga vila dos trabalhadores da Usina Santo Antonio, Mesquita, 2012, p.79.

A unidade fica na Avenida 28 de Março, sentido RJ – 216 (Rodovia do Açúcar) e além das 5 casas antigas, o prédio administrativo, o pátio de produção canavieira e suas chaminés, as ruínas da usina em uma das avenidas mais movimentadas do município tende a lentamente ser engolida pelas novas construções ao seu redor, fazendo desaparecer a história de uma das maiores usinas da região.

USINA CAMBAÍBA

Segundo Torres Filho (1920), “a unidade, enquanto usina, foi inaugurada no início do século XX, sob a administração da empresa Augusto Ramos & C. [...]” (FILHO, 1920 apud MESQUITA, 2012, p.85). Assim como a de Santo Antonio, a usina Cambaíba teve sua administração modificada com a venda das propriedades. De acordo com Mesquita (2012), na década de 1960 a usina foi obtida pela família Ribeiro Gomes que foi responsável pela aquisição de outras unidades produtivas (como a Usina Santo

Antonio) como parte de um plano de expansão, além de reformas que aumentaram a capacidade produtiva de toda a usina (CARVALHO, 2006 apud MESQUITA, 2012).

Para as reformas feitas pela família Ribeiro Gomes, o administrador e deputado federal Heli Ribeiro Gomes conseguiu empréstimos do governo federal de cerca de 12 milhões de cruzeiros, contudo, mesmo com a capacidade de produção muito avançada, não foi o suficiente para quitar as dívidas realizadas e em meados da década de 1990 a usina encerrou suas atividades (MESQUITA, 2012).



Fonte: Usina Cambaíba entre 1940-1950 – CARVALHO, 2006 apud MESQUITA, 2012, p.87.

A direção da usina se esforçou para fazer das estruturas de Cambaíba modernas com edificações extensas e altas que possibilitassem abarcar os 385.500 sacos de açúcar produzidos no ano de 1974/1975. Mesquita (2012) menciona que a unidade ocupava uma área total de 6.763 hectares perto do fim de suas atividades, fazendo desta usina uma das maiores da região. Especulamos que os materiais utilizados na construção de seus edifícios foram de muito boa qualidade, levando em conta que grande parte de suas estruturas permanecem sobrevivendo ao tempo, mesmo que em fase avançada de

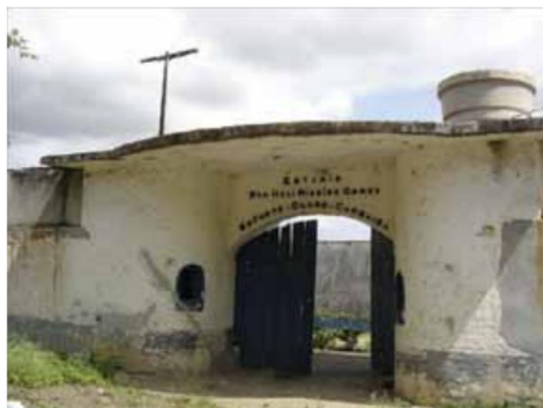
degradação.

As grandes chaminés se sobressaem na paisagem entre as extensas terras atribuídas ao plantio de cana-de-açúcar, locais de pastagens e áreas abandonadas, os suportes para os maquinários chamam atenção e o tamanho dessas construções realçam a essência do que um dia promoveu riquezas para a região, da qual mesmo depois de tanto tempo, ainda influenciam a comunidade ao seu redor. Segundo relatos no trabalho de Mesquita (2012), em momentos de climas extremos como ventos fortes, algumas partes do antigo galpão se movem e se desprendem da estrutura, representando um perigo para os moradores. Mesquita (2012) também relata que a antiga sede administrativa passou por reformas e um anexo foi construído.



Fonte: À esquerda, ruínas do pátio/galpão de produção de açúcar – 03/12/2005 – FRANCISCO, 2009, p.41. À direita, antiga sede administrativa da Usina Cambaíba – MESQUITA, 2012, p.90.

A usina contava com uma quadra de esportes e eventos que era disponibilizada para os “[...] 150 operários, que trabalhavam em dois turnos no período de moagem [...]” (MESQUITA, 2012, p.86) no início do século XX, possivelmente aumentando esse número com as reformas e nova direção da família Ribeiro Gomes, sendo que a usina oferecia 200 moradias (CAMPAGNOL, 2008). Não sabemos qual o nome que se deu a vila operária oferecida pela Usina Cambaíba, porém segundo Mesquita (2012), a antiga vila de moradores foi derrubada pelos antigos donos, da qual acabaram por ceder o espaço para a construção de novas moradias, “[...] onde residem, em sua maioria, os trabalhadores que mantiveram relação direta ou indiretamente com a produção de açúcar no local. [...]” (MESQUITA, 2012, p.88).



Fonte: À esquerda, portão do estádio “Dep. Heli Ribeiro Gomes” do “Esporte Clube Cambaíba”, na Usina Cambaíba em Campos/RJ – 2006 – CAMPAGNOL, 2008, p.453. À direita, casa construída no espaço onde antigamente localizava-se o núcleo fabril da Usina Cambaíba – 2006 - CAMPAGNOL, 2008, p.466.

A Usina Cambaíba se localiza em Martins Lages, a 15 quilômetros do centro da cidade, próxima a margem do Rio Paraíba do Sul, numa estrada que a interliga com o município a São João da Barra.

Usina Queimado

Esta é uma das unidades produtivas mais conhecidas na região. Foi fundada em 7 de agosto de 1880 pelo comendador Julião Ribeiro de Castro que, conforme expõe Mesquita (2012), transportou maquinários da Inglaterra, da firma Reid, Noble e Cia. para compor a usina. Essa unidade produtiva foi de grande importância para o município com seus maquinários e a construção de 21 quilômetros de linhas férreas “[...] para o abastecimento do engenho e escoamento da produção, cujo custo foi de 7 contos de réis por km. [...]” (MESQUITA, 2012, p.99) e a construção do canal Campos-Macaé que facilitaria a locomoção de 80 vagonetes que estavam a serviço da usina. A propriedade também era nobre já que foi visitada pelo Imperador Dom Pedro I algum tempo antes do local se transformar de fazenda a usina (MESQUITA, 2007).

Em meados da década de 1960, Queimado foi considerada uma das 10 unidades produtoras mais importantes do município e foi somente no fim do século XX, entre a safra de 1994/1995 que a sua produção se encerra e a usina fecha suas portas para o açúcar (MESQUITA, 2012, p.99).



Fonte: Usina de Queimandos, 1913, INEPAC.⁹

No início do século XX, segundo Mesquita (2012) trabalhavam na usina 150 operários, talvez com um aumento desse número com o passar dos anos e o aumento na produção. Não foi registrado por Mesquita o nome do núcleo fabril disponibilizado pela usina aos seus funcionários, porém ele menciona que os “[...] moradores [...] ainda residem no interior da Usina” (MESQUITA, 2012, p.100). Mesquita (2012) identificou que “[...] os antigos moradores residem em algumas casas localizadas no interior do engenho (ao lado da antiga sede e do local de produção) e numa vila que encontra-se (sic) no bairro a frente da unidade (Parque São Caetano), atrás da garagem da auto-viação (sic) 1001, num terreno cedido pela usina. [...]” (MESQUITA, 2012, p.102)

Mesquita (2012) diz que essa antiga vila é composta por antigos funcionários, porém ele não conseguiu entrevistá-los, pois a comunidade vem sofrendo ações de grupos de empreendedores interessados na terra e que repetidamente buscam retirá-los de suas casas, portanto, o autor sempre era confundido como um colaborador desses grupos, conta ele.

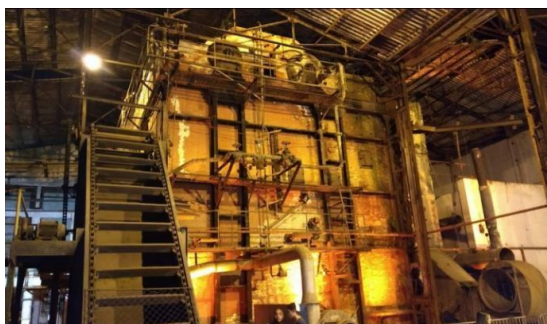
⁹ Disponível em <http://camposfotos.blogspot.com/2011/07/as-usinas-de-campos-dos-goytacazes-rj.html>



Fonte: À direita, ruínas das casas da Usina Queimado, envolvida pelo crescimento da malha urbana de Campos dos Goytacazes-RJ – 2004 – CAMPAGNOL, 2008, p.466. À esquerda, antiga vila dos moradores da Usina de Queimado, MESQUITA, 2012, p.103.

Essas ações que visam a expulsão dos ex-funcionários de suas moradias surgem da aspiração pelas terras que se encontram inseridas no perímetro urbano às margens da BR- 101, na avenida Nilo Peçanha. E é notável que a antiga vila de funcionário está cada vez mais cercada por prédios, comércio e condomínios fechados ou até moradias modernizadas e essas construções e a alta procura pela localidade, faz com que as terras sejam ainda mais valorizadas no mercado. Esses empreendimentos imobiliários têm feito a história dessa usina, uma vez tão grandiosa, ficar cada vez mais secundária e como Mesquita (2012) disse, sua história “[...] vai ficando de lado em razão da lógica do capital e do novo grupo que aloca os recursos.” (MESQUITA, 2012, p.103).

Sua estrutura segue praticamente intacta, com os seus maquinários preservados que com o tempo teve de ser retirado devido sua degradação, sobrando apenas a grande moenda da usina (MESQUITA, 2012, p.99).



Fonte: Fotos de Erick Aniszewski - Jul.2018.

Usina São José/Coagro

A Usina São José foi inaugurada em 9 de julho de 1883 pelo grupo Maria de Souza Gomes, João Ribeiro de Azeredo, Comendador Inácio Ribeiro de Azeredo Veiga, tenente Vicente Ribeiro da Silva Vasconcelos, Júlio de Miranda e Silva, José Pinheiro de Andrade, Manoel Ribeiro de Azeredo Areias e Vicente Gomes de Souza, sendo administrada pelo Coronel Francisco Ribeiro de Vasconcelos (MESQUITA, 2012, p.104). Em 2002, ao enfrentar uma crise de produção a ASFLUCAN (Associação Fluminense de Plantadores de Cana) criou a COAGRO (Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro) praticando um modelo de administração cooperativa e, segundo Mesquita (2012), arrendando as terras da usina por 15 anos “[...] por um valor de R\$ 5,2 milhões de reais, com parte dessa verba obtida por intermédio de investimento do Fundecam (Fundo de Desenvolvimento de Campos dos Goytacazes).” (MESQUITA, 2012, p.104).



Fonte: Usina São José – INEPAC – Dez.2003.¹⁰

¹⁰ Disponível em <http://camposfotos.blogspot.com/2011/07/as-usinas-de-campos-dos-goytacazes-rj.html>

A cooperativa passou a associar mais usinas e de acordo com os estudos de Mesquita (2012), em 2007 ela contava com 5.007 cooperadas no estado do Rio de Janeiro, sob a responsabilidade de Frederico Rangel Paes.

A Usina São José foi uma das mais importantes do município, ficando em 1916 entre as 4 usinas mais produtivas do município e “[...] em 1945, [...] a Usina São José era uma das quatro maiores usinas do Brasil” (CAMPAGNOL, 2008, p.185), da qual nos 5 próximos anos chegaria ao seu auge produtivo. A usina encerrou suas atividades somente no ano de 2014 de acordo com a Audiência Pública de Dezembro de 2014, “A crise do setor canavieiro Fluminense” por Eduardo Crespo, então presidente do ASFLUCAN.



Fonte: Chaminés que conduzem a fumaça – INEPAC – Dez.2003.

Em 2012 Mesquita descreve que a usina que ainda estava em funcionamento e se destacava na paisagem, com uma plantação larga de cana-de-açúcar, e todos os tipos de aparatos para o processo produtivo do açúcar. Mesmo com algumas de suas estruturas em alta fase de degradação como a sede administrativa e a linha de trem para escoamento do açúcar para o litoral, em 2012, “[...] em período de moagem os indícios da produção caracterizam o local, com destaque para a fumaça (oriunda das chaminés da usina e da queima das plantações) que impregua (sic) toda a região e o odor oriundo do processo de purgar.” (MESQUITA, 2012, p.105).

Em 1917, quando a usina ainda não havia sido associada à COAGRO e se tornava

uma das mais produtiva do município de Campos, ela contava com 100 funcionários que se revezavam em dois turnos durante as produções, sendo que a usina oferecia 90 moradias conforme dados coletados por Campagnol para sua tese de doutorado. Não sabemos qual foi o nome que se deu ao núcleo fabril da usina São José, porém Mesquita menciona que “[...] a antiga vila de moradores que ainda se faz presente, com antigos trabalhadores da usina residindo nela.” (MESQUITA, 2012, p.105).

A unidade produtiva está localizada na Estrada do Açúcar, no distrito de Goytacaz.

Usina Paraíso/Tócos

Primeiramente, Paraíso era uma engenhoca movida a água sob o comando de José Ignácio da Silva Pinto e em 1889 iniciou-se uma construção para transformá-lo em engenho central que mais tarde seria utilizado como usina. Essa construção foi feita por Guilherme José de Miranda e Silva e seu sócio Vicente Pereira Ribeiro (MESQUITA, 2012). Em 1900 ela ganha novos donos, um grupo francês chamado Sucrerie du Cupim (mais tarde mudando seu nome para Societé Sucrerries Bresiliennes). Em 1964, Geraldo Silveira Coutinho a adquiriu e de acordo com a Audiência Pública de Dezembro de 2014, "A crise do setor canavieiro Fluminense" por Eduardo Crespo, então presidente do ASFLUCAN, a usina encerrou suas atividades em 2013.

A usina fica próxima a Lagoa Feia, a 18 quilômetros do centro de Campos, localizada no 17º distrito do município de Campos de nome Tócos. De acordo com Mesquita (2012), o distrito recebeu o nome Tócos (que influenciou a forma como a usina era conhecida), pois “[...] na época das cheias, a lagoa expandia seu território, alagando as regiões e com isso muitas árvores pequenas ficavam submersas. Por conta desta situação, muitas embarcações do período de escravidão naufragavam quando batiam o fundo nos tocos das árvores submersas.” (MESQUITA, 2012, p.81).

O grupo francês Societé Sucrerries Bresiliennes já possuía a Usina do Cupim no município de Campos e o grupo uniu ambas “[...] por estrada de ferro, com um metro de largura por 18 quilômetros de comprimento, e levava ‘uma hora e quinze minutos para fazer o trajeto entre ambas’ [...]” (CAMPAGNOL, 2008, p.192). Essa ferrovia foi a primeira estação de estrada de ferro que aproximava Campos ao Rio de Janeiro com o intuito de transportar o açúcar mais facilmente.

É interessante também saber que, segundo Campagnol, a Usina Paraíso foi a

primeira a instalar a produção de álcool na região de Campos em 1913.



Fonte: Visão frontal da Usina de Tócos, MESQUITA, 2012, p.83

A sociedade Societé Sucrerries Bresiliennes enviou ao Rio de Janeiro e São Paulo, onde ficavam suas unidades produtivas, o engenheiro J. Picard para que este fizesse um relato das usinas pertencentes ao grupo. O engenheiro elogia a grandeza da usina Paraíso, reforçando sua reputação de uma das maiores unidades produtivas do município, mencionando a boa qualidade de sua moenda, acreditando que a sua aquisição foi um ótimo negócio por sua zona privilegiada na obtenção de energia e facilidade no escoamento do produto final. J. Picard revela também que Paraíso “trata-se de uma usina bastante bela [...]” (PICARD, 1996: 127 *apud* MESQUITA, 2012, p.81).

Campagnol (2008) diz que “o pátio fabril da Usina Paraíso está localizado numa área central da Vila de Tocos. [...]” (CAMPAGNOL, 2008, p.193) e essa centralidade da usina no distrito é o motivo pelo qual Mesquita (2012) expõe que esta influenciou e estruturou de forma direta e indiretamente o local.



Fonte: À direita, telhado de moradia e chaminés da Usina Paraíso – 2006 – CAMPAGNOL, 2008, p.194. À esquerda, casa germinada da Usina Paraíso em Tócos – 2006 – CAMPAGNOL, 2008, p.195.

Torres Filho (1920), em seu inventário contabilizou que no início do século XX “[...] a unidade tinha um total de 210 trabalhadores neste período, divididos em dois turnos. [...]” (MESQUITA, 2012, p.82). Não se tem o conhecimento do nome da vila operária da Usina Paraíso, porém conforme dados coletados por Campagnol para sua tese de doutorado a usina oferecia 400 moradias. Ao lado esquerdo da usina se localizava as casas dos operários e aos fundos da usina ficavam as moradias com estruturas mais elaboradas e mais conservadas, dedicadas aos funcionários graduados, ou seja, “[...] trabalhadores que ocupavam cargos de melhor remuneração [...]” (MESQUITA, 2012, p.84). Segundo Campagnol (2008) em área reservada, atrás do conjunto formado pela fábrica, havia moradias para os proprietários da usina. Em 1903, o engenheiro J. Picard descreveu as primeiras moradias oferecidas pela unidade produtiva.

As habitações dos negros ou dos brasileiros, que constituem a maior parte dos trabalhadores da cana não passam de simples abrigos. (...) Não se encontram, entre as casas, belas habitações, excetuando aquela do diretor de Cupim que é, na verdade, mais uma morada muito ampla do que uma bela casa. A casa do diretor de Tocos chega a ser modesta e até insuficiente no que diz respeito às suas dimensões. As casas dos administradores das fazendas são bastante razoáveis, assim como duas ou três habitações dos principais empregados perto da usina. O resto é formada por casas de trabalhadores, frequentemente reunidas numa única grande construção, às vezes com apenas duas habitações geminadas. Elas são construídas em tijolo com telhas da região para cobertura, compõem-se, como em quase toda parte, de dois cômodos e de uma pequena cozinha do lado de fora. (...) Os abrigos são pequenas

construções de madeira bruta e barro; os trabalhadores os constroem frequentemente eles mesmos, e os recobrem de palha; as portas e as janelas lhes são fornecidas. É por isso que se os estima um preço baixo (...). (Picard, 1996, p.99 *apud* CAMPAGNOL, 2008, p.193).

Devido sua longa existência e produtividade ativa, a presença da antiga vila de trabalhadores acompanhou a Usina Paraíso e segundo Mesquita (2012), as casas bem conservadas e reformadas ainda eram ocupadas por trabalhadores da usina em 2012. Não sabemos se após o encerramento das atividades, esses funcionários permaneceram no local e em suas moradias.

O complexo agroindustrial da Usina Paraíso/Tócos contava com ruas pavimentadas, comércio e um campo de futebol da usina oferecido para o lazer de seus funcionários. A Usina Paraíso também contava com uma banda de música formada por funcionários da usina que era muito famosa em Campos. A arquiteta Gabriela Campagnol, ao visitar o núcleo fabril da usina para seus estudos sobre habitação e patrimônio industrial, diz que “[...] a maior parte das casas para trabalhadores é geminada tipo “porta e janela”. Há também moradias contíguas de até seis unidades sob telhado comum. As moradias estão dispostas em arruamentos lineares, algumas com recuos frontais, outras com a fachada no alinhamento da calçada. [...]” (CAMPAGNOL, 2008, p.193).



Fonte: Planta de casa geminada da Usina Paraíso (desenho G. Campagnol) – CAMPAGNOL, 2008, p.195. À direita acima, estádio do “Paraíso F.C” da Usina Paraíso, em Tócos-RJ – 2006 – CAMPAGNOL, 2008, p.453. À direita abaixo, moradia da Usina Paraíso, Tócos – CAMPAGNOL, 2008, p.195.

Usina Cupim/Ururaí

A Usina Cupim início suas atividades em 8 de julho de 1881 por Manoel Rodrigues Peixoto, Manoel Manhães Barreto e Antônia de Miranda Manhães. No início do século XX foi vendida para o grupo Societé Sucrerries Bresiliennes. Em 1953 o grupo francês decide encerrar suas atividades no Brasil e o grupo Othon Bezzera de Melo (que já possuía as unidades Companhia Açucareira Usina Barcelos no município de Campos), sob o comando do pernambucano Othon Linch Bezerra de Melo que passa a administrar a usina até o encerramento de suas atividades entre as safras de 2007/2008.



Fonte: Usina Cupim – INEPAC – Dez. 2003.¹¹

A unidade fica a 10 quilômetros do centro da cidade de Campos com acesso pela BR-101, no distrito de Ururaí (por isso também é conhecida como Usina Ururaí).

¹¹ Disponível em <http://camposfotos.blogspot.com/2011/07/as-usinas-de-campos-dos-goytacazes-rj.html>

Junto das usinas Paraíso, Mineiros, Santa Cruz e Barcelos, a Usina Cupim ficou entre as maiores unidades produtivas do município de Campos, alcançando na década de 1930 a posição de terceira usina mais produtiva da região. De acordo com Mesquita (2012), seu complexo contava com 25 quilômetros de linhas férreas, 2 locomotivas e 49 vagões para o transporte de sua produção. O grupo Societé Sucrerries Bresiliennes, assim como havia feito com a Usina Paraíso, enviou o engenheiro J. Picard para avaliar a Usina Cupim e este afirmou que a usina “[...] contém oficina própria para a reparação de equipamentos, com fundição de ferro e cobre [...] Porém a unidade apresentava problemas e o engenheiro responsável pela inspeção recomendou reformas para otimizar a produção.” (PICARD, 1996, apud MESQUITA, 2012, p.93).

As estruturas antigas da usina, mesmo que em estágio avançado de ferrugem e degradação, permanecem no local, entre eles a linha de trem, o pátio de produção, maquinários, suas chaminés, o galpão, estruturas que recolham a cana e a área de plantação de cana “[...] ainda estão ativas, sendo, contudo beneficiadas na Usina São José (COAGRO) [...]” (MESQUITA, 2012, p.96). Os donos das terras da Usina Cupim mantêm trabalhadores vigiando as estruturas.



Fonte: À esquerda, pátio de entrada da Usina Cupim – INEPAC – Dez.2003¹². À direita, antiga estrutura de produção – MESQUITA, 2012, p.98.

De acordo com Mesquita (2012) em 1917, 180 funcionários trabalhavam no período de moagem, sendo que a usina oferecia 50 moradias (CAMPAGNOL, 2008). Fica claro que os donos da usina tinham residência perto da usina e ela é mencionada pelo engenheiro J. Picard em sua visita no início do século XX “[...] excetuando aquela do diretor de Cupim que é, na verdade, mais uma morada muito ampla do que uma bela casa. [...]” (Picard, 1996, p.99 apud CAMPAGNOL, 2008, p.193).

Do antigo núcleo fabril, restava apenas uma casa em 2012, como registra Mesquita (2012), e ela é ocupada por um ex-funcionário da usina. Não foi registrado pelo autor se foi a pedido dos donos que as casas não sobreviveram ou se foi em razão de que o local é considerado de risco pelas enchentes que assolam a região, porém ele diz que há presença de várias moradias “[...] ao longo da via, construídas principalmente por antigos trabalhadores [...] estas estão sendo destruídas pela prefeitura e os moradores removidos, sendo instalados em casas populares construídas e cedidas por este órgão. [...]” (MESQUITA, 2012, p.96).



Fonte: Resquício da antiga vila de trabalhadores – MESQUITA, 2012, p.98.

Usina Santa Cruz

Antigamente era um engenho fundado por Julião Baptista Pereira de Almeida (conhecido como Julião de Santa Cruz), foi transformada em usina em 1884 por Vicente de Miranda Nogueira. Em 2002, a usina foi adquirida pelo Grupo José Pessoa e segundo a Audiência Pública de Dezembro de 2014, "A crise do setor canavieiro Fluminense" por Eduardo Crespo então presidente do ASFLUCAN, a Usina Santa Cruz encerrou suas atividades em 2010.



Fonte: Usina Santa Cruz – Acervo J. Pessoa – CAMPAGNOL, 2008, p.196.

A Usina Santa Cruz está localizada à margem direita do Rio Paraíba do Sul, à 10 quilômetros do centro da cidade de Campos e foi uma das mais importantes da região, chegando a ser uma das 4 usinas mais produtivas do município em 1916 (MESQUITA, 2012). A usina contava com 3 locomotivas, 90 vagões e 24 quilômetros de vias férreas para o transporte de açúcar. Além disso, possuía embarcações para navegação fluvial e a usina produzia sua própria energia elétrica (CAMPAGNOL, 2008).

Em 1920, Barreto (1920) informa que a usina dispunha de 150 trabalhadores no período de moagem, disponibilizando 500 casas nas proximidades, uma capela com uma praça em frente e um comércio próprio que era “[...] um bem sortido armazém de secos e molhados, louça, calçado, chapéus, armarinho, no qual os trabalhadores da Usina podem suprir-se de todos os gêneros e artigos de que carecerem, os quais são vendidos pelos preços correntes da praça de Campos [...]” (BARRETO, 1920, p.142 apud CAMPAGNOL, 2008, p.196).



Fonte: À direita, capela ao lado da fábrica da Usina Santa Cruz – 2006 – CAMPAGNOL, 2008, p.197. À esquerda, moradias em bloco construídas pela Usina Santa Cruz para trabalhadores – 2006, CAMPAGNOL, 2008, p.197.

Comparando as imagens, vê-se que as casas para funcionários não foram construídas com os mesmos materiais que a capela ou não foram tão bem preservadas quanto ela. A grandiosidade da edificação, os detalhes em sua construção e as cores utilizadas deixam a capela em evidencia e exalta sua importância na usina. Segundo Campagnol, as ruas do núcleo fabril eram calçadas, pavimentadas e o pátio de produção da usina cortava o núcleo e o dividia em duas partes. A autora completa que “[...] elas estão organizadas em casas geminadas e em blocos com até seis moradias contíguas sob telhado comum. [...] Havia um conjunto de casas implantadas de forma linear ao longo da linha férrea.” (CAMPAGNOL, 2008, p.197).

Usina São João

Segundo Campagnol a Usina São João foi fundada em 1884 por Coronel Francisco Antonio Pereira de Lima e Major Manoel Manhães Moreira, onde mais tarde passariam a ser dos herdeiros de Francisco Antonio Pereira de Lima que a venderiam aos Magalhães & Lamego. A usina encerra suas atividades em junho de 1996.



Fonte: Usina São João – Década de 1970.¹³

¹³ Disponível em <http://camposfotos.blogspot.com/2013/01/>

Em 1916 a usina estava entre as 4 mais produtivas do município, da qual possuía 25 quilômetros de linhas férreas, 4 locomotivas e 86 vagões para o transporte de seu açúcar (CAMPAGNOL, 2008).

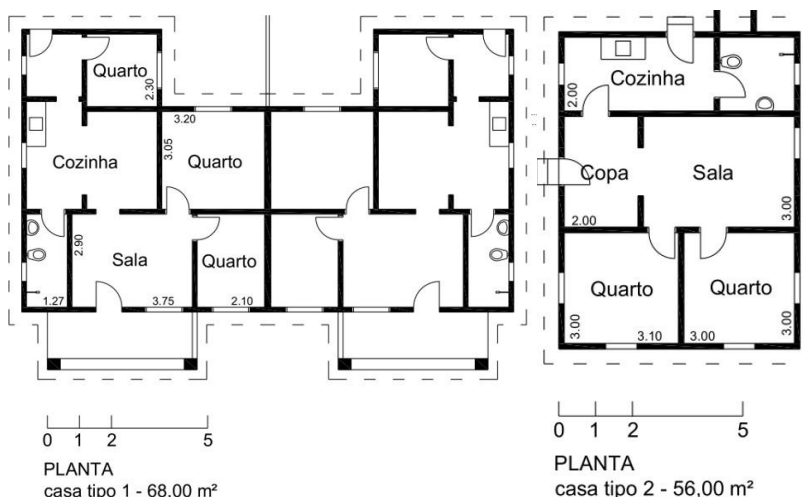


Fonte: À esquerda, grupo escolar São João próxima a Usina São João – Década de 1950.¹⁴ À direita, prédio do antigo supermercado, na Usina São João – 2006 – CAMPAGNOL, 2008, p.291.

O complexo agroindustrial oferecido pela usina contava com um ambulatório, um conjunto de comércio dentro da usina, energia elétrica, dois telefones públicos, um campo de futebol para lazer, uma igreja chamada de Igreja São João e uma escola intitulada de Grupo Escolar Bartolomeu Lysandro. De acordo com Campagnol (2008), no ano de seu encerramento de produção, a usina possuía mais de 300 famílias prestadoras de serviços.

Na memória dos antigos trabalhadores da usina ficaram registradas as Festas Juninas organizadas na região pelos usineiros, tanto para celebrar o início da safra quanto para festejar o santo patrono do empreendimento, São João, que teve seu nome incorporado à usina, à escola e à igreja (FERREIRA, 2016).

¹⁴ Disponível em <http://camposfotos.blogspot.com/2013/01/>



Fonte: Planta casa tipo 1 – Planta de moradia geminada – desenho G. Campagnol – CAMPAGNOL, 2008, p.292. Planta casa tipo 2 – Planta de moradia, na Usina São João – desenho G. Campagnol – CAMPAGNOL, 2008, p.293.

Anos após sua desativação, em 2006, a autora Campagnol (2008) relata que havia dois conjuntos residências de aproximadamente 80 moradias no núcleo fabril ainda ocupado por ex-trabalhadores e seus familiares. De acordo com ela, “[...] um conjunto, com a maior parte das casas geminadas, localizado a oeste dos galpões fabris e um conjunto com 37 casas isoladas, localizadas a leste do núcleo fabril. As moradias térreas geminadas são construções anteriores a 1945.” (CAMPAGNOL, 2008, p.199). E de acordo com Ferreira (2016), algumas dessas moradias foram entregues aos antigos operários como parte de indenizações devidas a eles.



Fonte: À esquerda, casas geminadas construídas pela Usina São João em 1945 – FERREIRA, 2016, anexo p.8. À direita, casas geminadas construídas pela Usina São João – 2006 – CAMPAGNOL, 2008, p.292.

As famílias que não conseguiram manter-se na antiga vila operária e trabalhadores de outras regiões do município, passaram a construir habitações (junto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) nas terras da usina onde “[...] vislumbraram a chance de se tornar pequenos proprietários e conseguir melhores condições de vida, mesmo que não tivessem nenhum tipo de experiência anterior com o campo [...]” (FERREIRA, 2016, p.44) e fundaram o Assentamento Zumbi dos Palmares em 1997. O nome associa-se ao personagem histórico Zumbi, líder quilombola colonial brasileiro, o último dos líderes do Quilombo dos Palmares, que foi um símbolo da luta contra a escravidão e opressão, da qual essa comunidade se via representada por lutar contra a opressão moderna do capitalismo, onde lutam até hoje pela reforma agrária e o direito pelas terras onde passaram boa parte de suas vidas.



Fonte: Foto panorâmica da Usina São João – 29/02/2006 – FRANCISCO, 2009, p.37.

A Usina São João fica à margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, a 3.5 quilômetros do centro da cidade de Campos, com a qual se comunica por rodovia e pela navegação fluvial e suas estruturas permanecem sobrevivendo ao tempo; as bases para sua edificação de destilaria, bombas de água, laboratório externo, sua balança, seu tombador, suas chaminés e tanto o prédio da fábrica antiga quanto a expansão da usina que contou com duas edificações novas construídas em 1970 nas proximidades do antigo prédio, continuam conservados mesmo que em estágio avançado de degradação (FERREIRA, 2016).

Com essas informações sobre algumas das usinas mais produtoras e grandiosas de Campos dos Goytacazes, fica claro o quanto essas unidades produtoras contribuíram para a expansão do município e que a memória desses lugares permanecem vivas somente na mente de seus trabalhadores e que são eles que não permitem que esses patrimônios sejam completamente engolidos pelo século XXI e suas modernidades.

Ao procurar fazer uma análise mais aprofundada sobre as usinas de Campos observa-se que há muitas divergências de informações e como já mencionado, uma

escassez de fontes e estudos sobre o tema e a região pesquisada. E isso levantou questões e indagações sobre o tema surgirem ao longo da pesquisa das quais as principais indagações são: qual a causa desse vácuo científico já que é evidente a importância que Campos apresentou para o período colonial, imperial e até o começo da era republicana brasileira, e por consequência o açúcar e as usinas de Campos foram de extrema relevância para o país; e porque sabe-se tão pouco das vilas operárias, suas moradias e seus trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental que seja reunido os documentos e informações sobre as usinas do município no setor de obras raras dos acervos da Biblioteca Nacional, Biblioteca Noronha Santos - IPHAN, INEPAC, Arquivo Histórico Nacional e Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes.

O trabalho de Mesquita (2012) denota o quanto entrevistas com ex-funcionários e se possível com ex-usineiros e seus familiares são essenciais para a compreensão das histórias desses lugares de memória. Também é de suma importância a produção arquitetônica dessas vilas operárias locais a partir da memória e vivência dos próprios moradores.

Portanto, a continuidade do projeto futuramente é imprescindível para a preservação da história da cidade de Campos dos Goytacazes antes que a modernidade a absorva por completo e essas memórias caiam no esquecimento.

LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

ABREU, Mauricio de Almeida. **“Escritos sobre espaço e história”**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

ALENCASTRO, L. F. Lisboa, capital negra do Ocidente. In: ALENCASTRO, L. F. **“O Trato dos Viventes Formação do Brasil no Atlântico Sul”**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000. p.77-116.

ARAUJO, Patrícia Vargas Lopes. **“Vila de Campanha da princesa” urbanidade e civilidade em Minas Gerais no século XIX 1798-1840”**. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.

Audiência Pública de Dezembro de 2014, **“A crise do setor canavieiro Fluminense”**, de Eduardo Crespo da ASFLUCAN (Associação Fluminense de Plantadores de Cana).

BOMFIM, Suzete. **“A moradia do operário no Brasil: O caso da vila Santa Cruz, Estância/SE”**. Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

CAMPAGNOL, Gabriela. **“The Place of the Industrial Past: The adaptive Reuse of the Industrial Heritage in the Engenho Central de Piracicaba, Brazil”**. Built Environment, vol 43, no 1. 107-129.

CAMPAGNOL, Gabriela. **“Usinas de açúcar: habitação e patrimônio industrial”**. Universidade de São Paulo. São Carlos, 2008.

CARVALHO, Maicon S. Mota. **“Bayer e Belford Roxo uma experiência industrial na Baixada Fluminense (1958-2008)”**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu, 2011.

CASTEN, Janet. **“About the house: Lévi-Strauss and beyond”**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

CASTRO, Cristine Gonçalves. **“Relações de poder no complexo fabril têxtil de Rio Largo: identificando inter-relações socioespaciais”**. Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2015.

CORREIA, Telma de Barros. **“Patrimônio industrial e agroindustrial no Brasil: a forma e a arquitetura dos conjuntos residenciais”**. Segundo Seminário de Patrimônio Agroindustrial São Carlos, 19-22 de outubro de 2010.

CORREIA, Telma de Barros. **“A cidade-jardim: os conjuntos residenciais de fábricas (Brasil, 1918-1953)”**. Anais do Museu Paulista. São Paulo, n. Sér. V.22. n.1 p. 161-198, jan-jun. 2014.

CHRYSTOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. **“Campos: a capital sonhada de uma província desejada (1835-1897)”**. História (São Paulo), vol. 30 nº1, p.56-89, 2011.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **“A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo – 1927 – 1934”**. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1983.

DEZEN-KEMPTER, Eloisa. **“O espaço fabril enquanto lugar de memória”**. CIEC/Unicamp, ano 3, nº3, 2011. Dossiê: Patrimônio Industrial.

DINIZ, Luciana Nemer. **“Vilas operárias e higienismo na cidade de Vitória, as iniciativas governamentais no Espírito Santo”**. Aquisur Revista, año 5, nº8, 2015.

FANO, Lucas Blank. **“Migrar, morar e trabalhar: histórias de vida em uma vila operária de Toledo – PR (1970-1990)”**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 2018.

FARIA, Teresa Peixoto. **“Campos dos Goytacazes nos anos 1870-1880: a modernização brasileira e o ‘mundo citadino’”**. Revista do PPGPS / UENF. Campos dos Goytacazes, v.2, n.2, mai-set / 2008, p.40-64.

Faria, Teresa Peixoto. **“Configuração Do Espaço Urbano Da Cidade De Campos Dos Goytacazes, Após 1950: Novas Centralidades, Velhas Estruturas”**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

FARIAS, Ivo dos Santos. **“Dominação e resistência operária no núcleo fabril de Fernão Velho (1953-1962)”**. Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2012.

FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F. e GOUVÊA, M. de F. (orgs.) **“O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)”**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p.31-71.

FRANCISCO, Quésia De Souza. **“A Agroindústria Canavieira De Campos-Rj e Os Royalties Do Petróleo A Partir Da Percepção Dos Atores”**. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes, 2009.

FERREIRA, André Pinto. **“USINA SÃO JOÃO: História, Memória e Patrimônio no Ensino de História”**. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

GANTOS, Marcelo Carlos; QUÉSIA, Francisco de Souza. **“De usinas e usineiros: um ensaio sobre a decadência de uma cultura (Campos dos Goytacazes, 1930-2000)”**. Anais do XVII Encontro Regional de História. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006.

GONÇALVES, Itamar Barbosa; Castilho, Ana Luisa H. **“A construção de uma das pioneiras usinas hidrelétricas paulistas: Itatinga”**. Labor e Engenho, v.9, n.1, p.73-81, jan/mar., 2015.

GONÇALVES, José Roberto. **“Espaço, tempo e memória, recompondo a trajetória das vilas populares em Campinas; o exemplo da vila Castelo Branco”**. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2002.

GONÇALVES, José Roberto. **“Memória e pertencimento: a Vila Castelo Branco no espaço urbano de Campinas”**. Combates e Rituais (12), 2003. Gonçalves, J.R., p. 123-132.

GUAZZELLI, Bárbara Gonçalves. **“Ferrovia, trabalho e habitação: vilas operárias de Campinas (1883-1919)”**. Universidade de São Paulo. São Carlos, 2014.

JERONYMO, Vanice. **“Caieiras: Núcleo fabril e preservação”**. Universidade de São Paulo. São Carlos, 2011.

JESUS, Rodrigo Paulo. **“De “vila operária” ‘a bairro dos trabalhadores: processo de constituição do bairro Vila “C” – 1977 a 2008”**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 2009.

KELLER, Paulo Fernandes. **“Cotidiano Operário e Complexo fabril: fábrica com vila operária em Paracambi – RJ”**. Enfoques – Revista eletrônica dos alunos do PPGSA/IFCS/UFRJ.

LIMA, Tania Cristina. **“O caminho da cura: um estudo sobre alternativas de mercado e agências de saúde em uma vila Popular de Campinas”**. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1983.

MESQUITA, Zandor Gomes. **“O Patrimônio Industrial como elemento constituinte da paisagem cultural em Campos dos Goytacazes”**. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2012.

MESQUITA, Zandor Gomes; TEIXEIRA, Simonne. **“Usina Do Queimado: Patrimônio Industrial Integrante Da Paisagem Cultural De Campos Dos Goytacazes”**. Seminário do Patrimônio – Cultura e Memória na Fronteira. Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto: Desafios e perspectivas. 2007.

MORANGUEIRA, Vanderlece de Souza. **“Vila Maria Zélia: Visões de Vila Operária em São Paulo (1917-1940)”**. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

NEVES, Delma Pessanha. **“A construção do futuro e a redimensão do passado”**. Revista de História Regional, Ponta Grossa, vol. 2, nº 1, p.115-143, 09-2007.

OLIVEIRA, Eduardo R. de Oliveira. **“A cultura industrial como herança: questões sobre o reconhecimento de um patrimônio na industrialização ‘tardia’ no Brasil”**. Oculum Ensaios – Revista de Arquitetura e Urbanismo, vol. 14, núm. 2, mayo-agosto, 2017, pp.311-330.

“OS CAMINHOS DO AÇÚCAR: Projeto Inventário de Bens Culturais Imóveis”. Desenvolvimento Territorial dos Caminhos Singulares do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

PARANHOS, Paulo. **“O açúcar no norte fluminense”**. In: PARANHOS, Paulo. **“São João da Barra, apogeu e crise do porto do açúcar do norte fluminense”**. Teresópolis/RJ: Revista da Cidade Gráf. e Ed., 2000.

PARANHOS, Paulo. **“O açúcar em Campos dos Goytacazes na segunda metade do século XIX”**. Revista da ASBRAP, nº 9.

PAULITSCH, Vivian da Silva. **“Rheingantz: Uma vila operária em Rio Grande – RS”**. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.

PRADO, Marcos Lázaro. **“Usinas, colônias e famílias: trajetórias de trabalhadores em uma usina de açúcar (1960-1990)”**. Universidade de São Carlos. São Carlos, 2011.

RIBEIRO, Maria José Ferreira de Araujo. **“Memória, imigração e educação – Fábrica de Tecidos Carioca: uma vila industrial paulista no início do século XX”**. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.

RIBEIRO, Rosimery Aliprandi. **“Formação sócio-espacial da antiga vila operária de Chico City, região metropolitana da grande Vitória, Espírito Santo”**. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2011.

RIBEIRO, Paula. **“Patrimônio industrial: estudo de edificações na vila operária de Caeté, Minas Gerais”**. Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto, 2018.

ROXO, Rafael. **“A vila industrial e o patrimônio histórico arquitetônico de Campinas – SP: entre a conservação e a reestruturação urbana”**. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2013.

SAMPAIO, A. C. J. de. **“Transformações numa sociedade colonial: as características gerais da economia fluminense entre 1650 e 1750.”** In: SAMPAIO, A. C. J. **“Na encruzilhada do império hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c. 1750)”**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p.57-99.

SANTOS, Emanuel Moraes Lima. **“A fábrica de tecidos da Macaxeira e a vila dos operários: a luta de classes em torno do trabalho e da casa em uma fábrica urbana com vila operária (1930-1960)”**. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2017.

SANTOS, Marcos Alesandro Neves. **“Vilas operárias: Centro de ordem e exclusão na vila operária de Camaragibe – PE (1900-1929)”**. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017.

SANTOS, Marilécia Oliveira. **“O viver na “Cidade do bem: tensões, conflitos e acomodações na Vila Operária de Luiz Tarquínio na Boa Viagem/BA”**. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

SANTOS, Marilécia Oliveira. **“A trouxa de D. Izaura: o viver no interior da vila operária de Luiz Tarquínio na cidade de Salvador/Bahia”**. Revista Mosaico, Volume 4, número 6, 2013

SCIFONI, Simone. **“Lugares de memória operária na metrópole Paulista”**. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, nº33, pp.98-110, 2013.

SMIDERLE, Dilecia De Araújo Vieira. **“O Multiforme Desafio Do Setor Sucroalcooleiro De Campos Dos Goytacazes (RJ)”**. Universidade Estadual Do Rio De Janeiro Darcy Ribeiro, 2009.

STANCHI, Roberto Pontes. **“Modernidade, mas nem tanto: o caso da vila operária da Fábrica Confiança, Rio de Janeiro, século XIX e XX”**. Universidade Feral do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

STANINGHER, Lilan Pires. **“Batatuba: bila industrial da companhia de calçados bata no interior de São Paulo – 1942”**. Universidade estadual de Campinas. Campinas, 2018

TEIXEIRA, Verônica Ferreira. **“Memória da presença feminina na vila operária Próspera – Criciúma (1947-1985)”**. Universidade do Extremo Sul Catarinense. Criciúma, 2013.

TIMM, Juliane Aimé. **“Habitações operárias no Brasil, arquitetura e urbanismo da habitação social na primeira metade do século XX”**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

VIANNA, Mônica Peixoto. **“Habitação e modos de vida em vilas operárias”**. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004. (Núcleo residencial dos operadores da CESP – UHE Bariri).